



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Classe trabalhadora e mundo do trabalho

Processos diferenciados de reprodução social em São Paulo

Jéssica Alves de Lima Germiné¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar a distribuição espacial de alguns aspectos que incidem sobre processos diferenciados de reprodução social no município de São Paulo. Foram analisados dados preliminares do Censo Demográfico e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social para entender como se distribui a população trabalhadora nessa cidade. As análises sugerem que os contrastes entre rendimentos, grupos raciais e ocupação do espaço urbano fazem parte da diferenciação como processo fundamental ao funcionamento do capitalismo, que necessita que a força de trabalho se reproduza de maneira desigual para preservar seu ímpeto de exploração e de reprodução ampliada.

Palavras-chave: espaço urbano; classe trabalhadora; reprodução social; desigualdades.

Differential processes of social reproduction in São Paulo

Abstract: The objective of this study is to present the spatial distribution of certain factors that influence differentiated processes of social reproduction in the city of São Paulo. Preliminary data from the Demographic Census and the São Paulo Social Vulnerability Index were analyzed to understand how the working population is distributed in this city. The analyses suggest that contrasts between income, racial groups, and occupation of urban space are part of differentiation as a fundamental process for the functioning of capitalism, which requires the workforce to reproduce itself unequally in order to preserve its drive for exploitation and expanded reproduction.

Keywords: urban space; working class; social reproduction; inequalities.

1 Introdução

Este trabalho tem o objetivo de discutir os processos diferenciados de reprodução social na cidade de São Paulo a partir da apresentação de dados preliminares divulgados do Censo Demográfico junto a informações espacializadas disponibilizadas pela fundação SEADE. Serão apresentadas informações sobre média de rendimentos por grupo de gênero e raça, distribuição espacial por renda do responsável pelo domicílio, análise do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) e distribuição das pessoas pela cidade segundo a raça autodeclarada. Essas informações serão discutidas a partir da perspectiva teórica da Teoria da Reprodução Social (TRS) em diálogo com estudos sobre o espaço urbano e a classe trabalhadora no Brasil e em São Paulo.

¹ Mestra em Ciências Humanas e Sociais e bacharela em Ciências Econômicas. Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC. Email: jessicagermine@gmail.com.

2 Reprodução social em São Paulo

A reprodução social é entendida como a reprodução da vida – e de suas condições – da classe trabalhadora. Seu estudo parte da longa tradição feminista-marxista que dá centralidade ao trabalho realizado pelas mulheres, mas ganha força e peso teórico a partir da pergunta fundamental sobre como se reproduz a mercadoria força de trabalho (Bhattacharya, 2019). Para a TRS, a reprodução social abrange três processos: a reprodução diária, que diz respeito à regeneração da força de trabalho no dia-a-dia, garantindo que no dia seguinte a pessoa trabalhadora esteja apta a vender novamente seu trabalho; a reprodução geracional, ou aquela que substituirá futuramente as pessoas trabalhadoras no processo produtivo quando estas não puderem mais vender sua força de trabalho; e a reprodução das pessoas que não vendem sua força de trabalho no mercado, mas dependem de quem o faça para sobreviver. Neste último grupo, estão as crianças, os idosos, as pessoas com deficiências ou enfermidades que as impeçam de trabalhar, e o exército de reserva (Vogel, 2022).

A classe trabalhadora, por sua vez, diz respeito às pessoas que, destituídas dos meios de produção, precisam lançar-se no mercado de trabalho para acessar seus bens de subsistência (Marx, 2017). Contudo, a reprodução social vai além da compra de comida no mercado, e abrange também uma gama de atividades voltadas à garantia de que haja disponibilidade suficiente, diária e geracional, de pessoas aptas a vender sua força de trabalho. Tais atividades podem ser realizadas dentro de casa e incluem o trabalho doméstico e de cuidado realizado geralmente pelas famílias, mas também podem acontecer nas instituições públicas e privadas de reprodução social, como escolas, creches, hospitais, instituições de longa permanência etc (Bhattacharya, 2019; Varela, 2020; Vogel, 2022).

Nesse sentido, a reprodução da vida da classe trabalhadora habita um conflito irresolúvel: a contradição capital-vida. Isto porque, na sociedade capitalista, a reprodução da vida da classe trabalhadora não acontece nas condições mais adequadas ao bem-estar das trabalhadoras, mas que o interesse é reproduzir a vida enquanto mercadoria que garanta a acumulação de capital. Nesse sentido, a contradição reside no fato de que a força de trabalho, apesar de fundamental para a produção de lucros, deve ser produzida da forma mais pauperizada possível (Varela, 2023).

Se é incorreto dizer que a classe trabalhadora sempre foi um grupo homogêneo de pessoas, também não se pode negar que as transformações contemporâneas no mundo do trabalho complexificaram essas diferenças e desigualdades dentro dessa classe. Enquanto a prevalência da população negra nos grupos com os mais precários índices de trabalho e ocupando os espaços com mais graves condições de reprodução social é uma observação empírica nada recente (Gonzalez, 2020), processos como a plataformização do trabalho e a modificação das atividades já existentes, como os serviços de entregas, são exemplos de como mudanças tecnológicas na fase atual do capitalismo interagem com dinâmicas persistentes (Praun, 2023). Porque a reprodução da classe trabalhadora acontece sob processos diferenciados (Ruas, 2025), os aspectos que a diferenciam, como a raça e o gênero, por exemplo, atuam na definição dessas parcelas de classe que existem sob condições desiguais. Também o espaço tem um papel nessa diferenciação.

As condições de emprego e renda são uma importante bússola na identificação desses processos desiguais. A obtenção de postos de trabalho pior remunerados, muitas vezes com poucos direitos e menor proteção trabalhista expõe que o cenário das décadas de 1970 e 1980 denunciado por Gonzalez (2020) não foi superado. As diferenças de renda por gênero e raça evidenciam isso: embora a cidade de São Paulo apresente rendimentos médios maiores do que as médias para o Brasil, diferenças por gênero e demonstram que a renda está desigualmente distribuída entre a população. As mulheres pretas e pardas têm os menores rendimentos, de R\$ 2.478,31 e R\$ 2.438,61, respectivamente, enquanto a média para os homens brancos é de R\$ 6.867,04, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Rendimento nominal médio por gênero e raça

Raça	Homem		Mulher	
	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo
Amarela	R\$ 6,591.78	R\$ 8,680.85	R\$ 5,181.03	R\$ 7,119.21
Branca	R\$ 4,098.20	R\$ 6,867.04	R\$ 3,134.95	R\$ 4,874.58
Indígena	R\$ 1,724.09	R\$ 2,886.10	R\$ 1,621.18	R\$ 2,892.70
Parda	R\$ 2,367.60	R\$ 2,998.16	R\$ 1,934.79	R\$ 2,438.61
Preta	R\$ 2,217.41	R\$ 2,940.59	R\$ 1,833.89	R\$ 2,478.31
Total	R\$ 3,115.29	R\$ 5,148.75	R\$ 2,506.20	R\$ 3,884.99

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2022

Isto significa que para diferentes tipos de trabalho são atraídas diferentes parcelas da população, que não apenas aportarão habilidades qualitativamente distintas, mas que auferirão rendas diferentes, circularão por espaços diferentes e terão acesso a diferentes condições de reprodução das próprias vidas. As médias de renda, ainda que indiquem as diferentes possibilidades de acesso a bens de consumo, são apenas uma parte do que constitui a reprodução social. Tais condições estão também relacionadas ao acesso às instituições públicas e privadas de reprodução social, e aos bens e serviços de consumo coletivo, como o acesso ao transporte, lazer, cultura e infraestrutura urbana.

Os serviços de consumo coletivo são, também, geridos a partir de uma lógica de acumulação. A expansão do capital se beneficia dos serviços urbanos como saneamento, rede elétrica, sistema viário e de transportes, mas também pelos empreendimentos imobiliários, sejam eles de interesse social ou não (Kowarick, 1969). Dessa forma, as infraestruturas sociais desempenham variadas funções na sustentação tanto da vida das pessoas trabalhadoras quanto do processo de trabalho. Elas regulam os diversos aspectos da relação capital-trabalho, contribuem com a reprodução social, viabilizam o controle ideológico, vigiam e reprimem conforme os interesses da classe dominante (Harvey, 2013). O conflito de classes sobre o uso do espaço urbano, como bem declarou Kowarick (1969), é dinâmico e insolúvel.

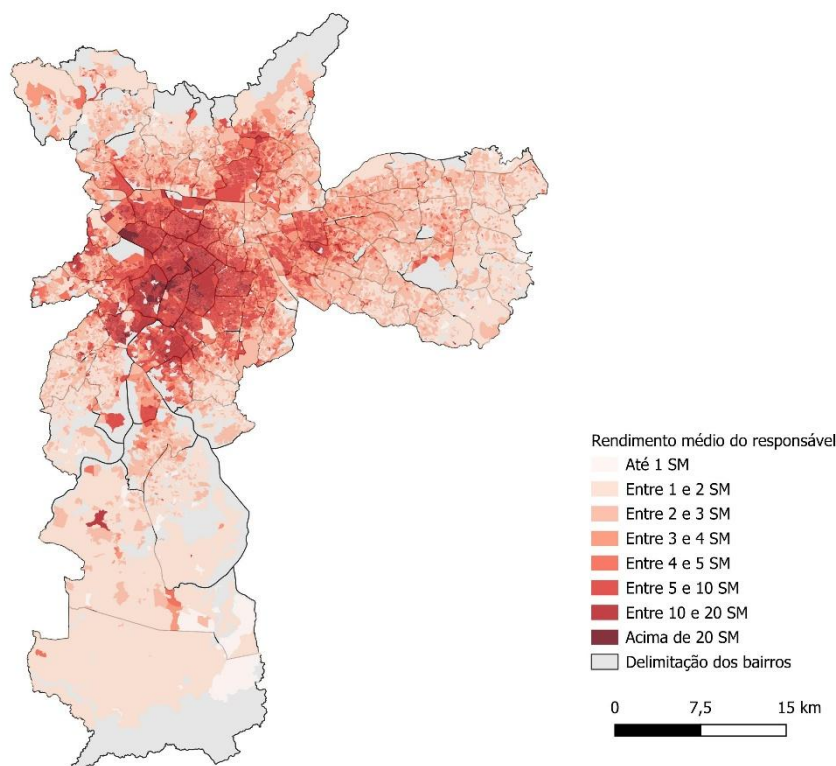
Dentro desse quadro, a distribuição espacial das pessoas, dos empregos e das instituições importa muito na indicação das formas de reproduzir suas vidas. Em especial as instituições públicas de saúde e de educação, que têm como característica a sua localização anfíbia no modo de produção capitalista, uma vez que as condições de trabalho das pessoas empregadas nesse setor são, ao mesmo tempo, a qualidade de vida da comunidade ao seu redor (Varela, 2023). Mas mais do que isso, pode-se pensar que o valor atribuído aos indivíduos tem relação com o valor atribuído ao espaço onde eles vivem e onde reproduzem suas vidas (Santos, 2007; Villaça, 2001)

Um primeiro exame da tabela apresentada anteriormente pode sugerir que os habitantes de São Paulo vivem em condições melhores do que o restante do Brasil, uma vez que os rendimentos médios do país são inferiores às médias desta cidade. Contudo, a distribuição espacial da renda em São Paulo complexifica este cenário. O Mapa 1 mostra a distribuição do rendimento médio das pessoas responsáveis pelo domicílio². Os

² O IBGE não disponibilizou, até o momento de escrita deste trabalho, os microdados do Censo

dados preliminares divulgados pelo IBGE indicam que a região central da cidade permanece um espaço que concentra renda, enquanto nas áreas mais distantes do centro tende a viver uma população com menores rendimentos. Nas regiões Sul, Leste e em diversos pontos da Zona Norte, a renda média dos responsáveis é de até 2 salários mínimos³, com alguns pontos que aglomeram renda média de até 3 salários mínimos.

Mapa 1 – Rendimento médio do responsável pelo domicílio por setor censitário



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico (IBGE, 2026)

Embora exista uma nítida mancha central que se espalha a sudoeste que indica concentração de renda, e embora as médias sejam mais baixas nas regiões mais periféricas da cidade, existem enclaves em áreas mais afastadas do centro onde os rendimentos dos responsáveis pelo domicílio alcançam mais de 10 salários mínimos. Ao mesmo tempo, na área central da cidade também há uma quantidade considerável de pessoas que vivem em habitações do tipo “Cômodos e cortiços”, o que demonstra que a

Demográfico, de forma que foram processadas apenas as informações disponíveis para acesso público. Assim, o mapa não mostra a distribuição de renda total domiciliar, nem a renda *per capita* domiciliar, mas a renda declarada pela pessoa responsável pelo domicílio.

³ Utilizou-se o valor de R\$ 1.212,00, que era o salário mínimo vigente em 2022, como base de comparação.

ocupação de espaços bem atendidos por instituições públicas e privadas e estrutura urbana pode acontecer de forma heterogênea.

Além desse tipo de habitação conhecida pelas suas condições precárias, explica Villaça (2001) que as ocupações com a finalidade de moradia têm permitido que as classes populares habitem espaços produzido de forma privilegiada para as camadas de alta renda, ainda que as vantagens dessa localização não sejam totalmente usufruídas. Viver próximo ao centro pode significar uma proximidade ao emprego – que pode, inclusive, ser precário e/ou informal –, mas não garante o acesso ao comércio, aos serviços da região, nem ao sistema viário, frequentemente vantajoso aos automóveis.

O fato de haver – como realmente há – bairros populares e mesmo favelas inseridas na região de concentração das camadas de alta renda nada altera o processo de diferenciada produção e consumo do espaço urbano nem o processo de dominação que por meio deles faz a burguesia brasileira (Villaça, 2001, p. 225).

Na análise realizada por Marques *et al.* (2015), que observou os primeiros anos deste milênio, os autores sinalizam que o grupo mais segregado na metrópole paulistana eram os brancos com altíssima renda, ou seja, que os espaços ocupados por tal grupo são mais homogêneos e menos permeáveis a outros grupos raciais e de renda⁴. Os dados preliminares do Censo de 2022 ainda não permitem afirmar se tal padrão se mantém ou se foi alterado de alguma forma, porém é possível observar que as periferias paulistanas têm uma ocupação complexa, com bolsões de concentração de renda muito próximos a espaços onde os rendimentos são muito menores, e que lá habitam pessoas brancas e negras. Já a área centro-sudoeste da cidade, onde o mapa indica que as rendas são mais altas, é proporcionalmente mais habitado por pessoas brancas do que por pessoas negras.

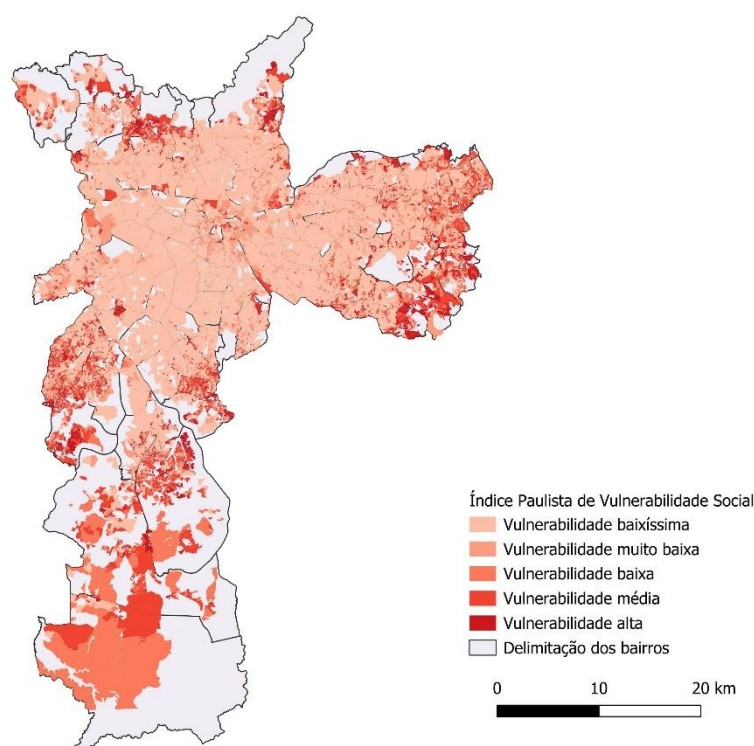
O extremo leste da cidade, onde a média de renda dos responsáveis está predominantemente na segunda e terceira faixas da escala, existe uma situação muito diversa no que diz respeito à vulnerabilidade social medida pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social⁵ (IPVS), já que setores censitários vizinhos podem ter pontuações

⁴ Os autores analisaram toda a região metropolitana de São Paulo, enquanto este trabalho se propõe a analisar as informações disponíveis apenas para o município de São Paulo. As análises econométricas do trabalho citado foram realizadas com microdados ainda não divulgados para o ano de 2022.

⁵ O IPVS é um índice elaborado e calculado pela Fundação SEADE que busca identificar áreas de maiores vulnerabilidade dentro dos municípios paulistas, considerando indicadores de renda, escolaridade e ciclo de vida familiar.

muito diferentes nesse índice, conforme o Mapa 2 mostra. O mesmo ocorre na região central, onde os rendimentos médios são predominantemente mais altos, mas que apresenta alguns setores censitários cujo IPVS indica alta vulnerabilidade. Isso indica que a distribuição espacial da força de trabalho restringe as condições de sua reprodução, mas que não é o único elemento que age nessa contenção. Estar localizado numa região com maior disponibilidade de bens de consumo coletivo não garante o acesso igual ou adequado a estes.

Mapa 2 – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social por setor censitário



Fonte: Elaboração própria com dados da fundação SEADE (SEADE, 2023).

É também interessante observar a distribuição de pessoas na cidade segundo a raça autodeclarada. O extremo sul de São Paulo, nos setores onde se observam níveis altos do IPVS e onde a renda do responsável pelo domicílio muitas vezes fica abaixo de 2 salários mínimos, concentra mais pessoas negras do que a mancha central, onde as faixas de renda são mais altas. Nesses últimos, a concentração de pessoas brancas é maior. Isto não deve ser lido numa chave dualista e simplificadora, uma vez que os dados disponíveis ainda são insuficientes para realizar análises mais detalhadas, mas pode-se interpretar que renda e raça ainda são fatores relacionados que influenciam onde as pessoas irão morar. A habitação, apesar de ser um elemento fundamental para a

reprodução social, não é garantida à população de forma abrangente. Em especial nos países de economia dependente, os custos de moradia com frequência não são cobertos pelo salário, de forma que se impõem as soluções como a autoconstrução, por exemplo – o que significa que a habitação das pessoas trabalhadoras não representa um ônus nem ao Estado, nem ao capital (Maricato, 1982, 2015).

Nesse sentido, coloca-se em relevo a relação entre os processos diferenciados de reprodução da força de trabalho e a vivência de um espaço urbano segregado que agudiza as desigualdades dentro da classe trabalhadora. A espoliação urbana diz respeito a esse sem-número de dilapidações da vida da população que está associada ao uso do espaço urbano (Kowarick, 1969, 2009). É o desgaste prematuro da força de trabalho pelas longas horas gastas num transporte público que é insuficiente para atender à demanda, pelas condições de habitação precárias que prejudicam a saúde das famílias, pelo acesso deficiente ao saneamento básico e à água potável, e todos os demais constrangimentos da reprodução da vida a que uma parcela significativa da classe trabalhadora está exposta. Além disso, o lugar onde se habita tem relação com a maneira de circular pela cidade e, também, acessar o mercado de trabalho.

O que os dados preliminares do Censo Demográfico permitem afirmar é que a forma de habitar, transitar e reproduzir-se na cidade de São Paulo é, ainda, uma complexa trama determinada e continuamente produzida por critérios raciais, de gênero e posição na estrutura de classes. Assim, habitar um bairro considerado de “classe média-alta” não significa ter acesso idêntico aos mesmos bens e serviços que a parcela majoritária daquele lugar dispõe. Bolsões de pobreza no centro e condomínios fechados em áreas periféricas são exemplos dessas aparentes contradições observadas na maior cidade do país.

O fato de que setores censitários vizinhos podem abrigar diferentes camadas da classe trabalhadora também merece atenção. Conforme já apontado na literatura, a ida das elites para áreas mais periféricas da cidade não significa que ricos e pobres ocupem os mesmos espaços. Pelo contrário, a existência de condomínios fechados com pesado sistema de segurança, ainda que mais afastados do centro, seguem o padrão de evitação que a classe dominante tem como característica (Marques, 2015; Villaça, 2001). Mas não são nesses espaços voluntariamente segregados que a classe trabalhadora vive – no

máximo, vendem aí sua força de trabalho e, por meio do salário, acessam seus bens de consumo.

3 Considerações finais

Os processos diferenciados de reprodução social dizem respeito às maneiras desiguais que a classe trabalhadora reproduz suas vidas, o que inclui o acesso aos itens de subsistência pagos pelos salários, mas também pela forma de se viver na cidade. O exemplo de São Paulo demonstra que os rendimentos auferidos na venda da força de trabalho contam uma parte dessa história, mas que outros elementos precisam ser levados em consideração.

Este trabalho destacou como diferentes porções da maior cidade latino-americana podem apresentar acessos muito desiguais a renda e condições de habitação, e também como as diferenças dentro da classe trabalhadora estão associadas a maior vulnerabilidade social e às dilapidações que a vida urbana impõe. Porque raça e classe são componentes fundamentais na distribuição espacial das pessoas pela cidade, elas incidem sobre os processos de reprodução social no sentido de agudizar a espoliação urbana para uns – a classe trabalhadora e, especialmente, a parcela negra dessa classe –, enquanto a classe dominante, predominantemente branca, tem à disposição áreas muito bem atendidas pela infraestrutura pública.

A sobreposição de desvantagens espaciais, classe trabalhadora e sujeitas e sujeitos marcados pelo racismo é uma das evidências de que a diferenciação é um mecanismo fundamental ao funcionamento do capitalismo. Diferentes trabalhos são necessários para manter em movimento a engrenagem de acumulação, e para viabilizar o exercício desses diferentes trabalhos é necessário existir i) um robusto e crescente exército de reserva, que pressiona os níveis salariais para baixo e ii) diferentes camadas dentro da classe trabalhadora, que se reproduzem de maneira desigual e que, muitas vezes, sequer se reconhecem como parte da mesma classe. Nesse último aspecto atuam com relativo sucesso as reformas trabalhistas, a flexibilização das relações laborais e a plataformização. Não por coincidência, tais processos, assim como a espoliação urbana, têm atingido massivamente a população negra.

Referências

- BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a Teoria da Reprodução Social?**. Revista Outubro, vol. 32, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: Acesso em: 8 abr. 2024.
- HARVEY, David. **Os limites do capital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MARICATO, Erminia. **Autoconstrução, a arquitetura possível**. In: MARICATO, Erminia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. (Coleção Urbanismo, 1).
- MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARQUES, Eduardo (Org.). **A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidade e desigualdades**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PRAUN, Luci. **Sujeitos ao acaso**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Icebergs à deriva**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.
- RUAS, Rhaysa. **Unidade na diversidade: Teoria da Reprodução Social e o feminismo para os 99%**. São Paulo: Usina, 2025.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- VARELA, Paula. **La reproducción social en disputa: un debate entre autonomistas y marxistas**. Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda, nº 16, p. 71–92, 2020.
- VARELA, Paula. **Las luchas en el seno de la reproducción social: repensar los puentes entre trabajo y vida**. Revista Controversia, nº 221, p. 19–51, 2023.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001.
- VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.